



Em busca de um Terceiro Reinado: nacionalidade e futuro entre os monarquistas-católicos na Primeira República

FLÁVIO RAIMUNDO GIAROLA*

Já faz algum tempo que a historiografia tem deixado de se preocupar apenas com o acontecido. Projetos não consumados, expectativas quanto ao porvir, esperanças frustradas também fazem parte do campo de investigação do historiador. Essa linha de análise tem como base a perspectiva de que o tempo histórico está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de suas ações, a suas instituições e organizações (KOSELLECK, 2006: 14). Desta maneira, fazendo uma relação entre os trabalhos sobre representações de Roger Chartier¹ e as ideias de Reinhart Koselleck, podemos afirmar que, a partir da posição ocupada pelo indivíduo na sociedade, o mesmo idealiza seu horizonte de expectativa, através de representações do futuro.

Esse pressuposto é importante para entendermos a visão do amanhã de um grupo de monarquistas-católicos nucleado em São Paulo. Me refiro a um círculo de intelectuais liderados por Eduardo Prado e que teve como principais espaços de sociabilidade a biblioteca da fazenda “Brejão” dos Prados, o jornal *O Comércio de São Paulo*, as *Conferências Anchiitanas* e a *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*. Os *pradistas*, como nomeou Maria de Lourdes M. Janotti (1986: 123),² destacaram-se por desenvolver uma visão nacional que não se restringia à pura planfetagem contra a República. Pelo contrário, suas representações diante da história e da nacionalidade passavam pela valorização do mestiço, pela idealização do sertão e do sertanejo, pela admiração diante do papel dos bandeirantes e dos jesuítas no passado brasileiro, pela exaltação do Império, entre outros.³

* Doutor em História, professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET-MG, Campus de Divinópolis.

¹ Segundo Chartier, as representações do mundo social não podem ser desassociadas dos discursos pronunciados por determinado grupo. Com isso, para cada caso estudado, é necessário o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990: 17).

² Segundo a autora, os monarquistas em São Paulo se dividiram entre *pradistas* e *mendistas*, os primeiros ligados a Eduardo Prado e os segundos aliados a João Mendes de Almeida.

³ Estas representações sobre a nacionalidade dos monarquistas-católicos de São Paulo foram objeto de estudo de nossa tese de doutorado defendida em 2015 na Universidade Federal de Minas Gerais. Entre o grupo estudado, encontram-se intelectuais do porte de Afonso Arinos, Brasília Machado, General Couto de Magalhães, Couto de Magalhães Sobrinho, Afonso Celso, Joaquim Nabuco, Martim Francisco, entre outros. Muitos não viveram ou atuaram unicamente em São Paulo. No entanto, seus laços de amizade, os espaços de sociabilidade em comum e

Para estes intelectuais, o passado era idealizado, por conta dos laços entre a Igreja Católica e o Estado, das raízes monárquicas e da fusão entre “raças” distintas levada a cabo pelos portugueses, fatores que determinariam a especificidade nacional. O presente, por outro lado, era visto como catastrófico, uma mancha na história pátria, por ter instaurado o militarismo no Brasil e aproximado o país das nações incompatíveis com a índole nacional. A civilização havia chegado a seu fim com a República e com o término do vínculo arduamente construído com a Igreja de Roma. Desta forma, o discurso nacional destes monarquistas era baseado na ideia de que existia uma rota em direção ao progresso que havia sido bruscamente quebrada em 1889.

Em vista disto, os monarquistas-católicos traçaram os caminhos que deveriam ser seguidos para se chegar a um futuro satisfatório. E esses caminhos passavam pelo olhar no passado. Em suma, a regressão a um período anterior seria o único meio de restabelecer o percurso civilizatório que o país seguira até então.

Ângela Alonso defendeu que a idealização do passado pelos restauradores era responsável por uma perspectiva catastrófica do futuro (ALONSO, 2009: 143). Essa afirmação, porém, deve ser tomada com ressalvas. Obviamente, a permanência da República colocava, diante dos monarquistas, prognósticos desanimadores sobre o porvir. Nesta situação, o futuro seria uma continuação do presente que, para eles, também era desolador. Contudo, toda a ideia de nacionalidade dos monarquistas-católicos, baseada num passado idílico, também permitia a projeção de imagens mais favoráveis dos tempos vindouros. Um exemplo simples disso estava na percepção de que se a República era um sistema político avesso às tradições nacionais, ela naturalmente estaria predestinada à ruína.

Por outro lado, o próprio fato destes intelectuais militarem pela causa monárquica permite pensar que acreditavam na viabilidade da restauração. Na primeira década republicana, principalmente, a situação instável do novo regime justificava essas expectativas. A esperança de uma República passageira foi a tônica dos artigos de Eduardo Prado, sobre o pseudônimo de Frederico de S., no livro *Fastos da ditadura militar no Brasil*, resultado de uma série de escritos publicados na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiróz. Produzidos imediatamente após a queda do Império, estes textos pensavam a situação do presente como um desvio passageiro da história nacional. Seu prognóstico para o futuro era de

que “quando o Brasil tiver voltado à vida normal das nações livres, quem folhear estas páginas há de estimar o escritor que se revoltou contra a ditadura da inconsciência jacobina e soldadesca” (PRADO, 1923: 336). Para o autor, esse momento não demoraria e a “revolução” iria ser desfeita por aqueles que resistiam à ditadura militar no país.

Joaquim Nabuco foi outro que acreditou na brevidade da República. Em carta ao Barão do Rio Branco, de 18 de outubro de 1891, dizia que a situação política e econômica conturbada anunciava o fim do novo regime, que poderia acontecer a qualquer momento. “A República está inteiramente desacreditada, pronta para cair de podre com satisfação geral” (NABUCO, 1949: 206). A crise financeira, a carestia de gêneros, a doença de Deodoro, a desmoralização do Congresso, a propaganda separatista, “tudo junto faz um belo horizonte” (NABUCO, 1949: 206). Dentre estes fatores, a morte de Deodoro da Fonseca seria o mais favorável, pois iria atirar os batalhões uns contra os outros.

O passar dos anos e a persistência do regime republicano fez com que esses prognósticos ficassem menos imediatos. Isto acabou levando a uma divisão nas representações sobre o futuro. Enquanto muitos lançaram as expectativas restauradoras para momentos mais longos, outros, como o próprio Nabuco, exibiram a visão pessimista e catastrófica defendida por Alonso. Em carta a Hilário de Gouveia, datada de 14 de fevereiro de 1894, o Nabuco confessava:

Enfim é um horror e eu penso no futuro com desânimo: o que vai ser a recordação destes tempos, o crescimento destes ódios espalhados, a divisão intestina das famílias e as represálias recíprocas quando acabar o estado de sítio é um véu negro que eu pelo menos não quisera levantar. Felizes os que puderem viver longe do país durante estas épocas de proscricção, é tudo que sei (NABUCO, 1949: 225).

O estado de sítio estabelecido pelo governo diante da Revolta da Armada favorecia o pessimismo de Nabuco, apesar de que, na citação acima, ainda podia ser percebida a crença no fim, ou ao menos na amenização, da crise política. Com o tempo, o autor iria cada vez mais perder a fé na restauração, até aderir definitivamente à República. Quando isto ocorre, irá dizer que a grandeza futura do país não é uma questão de instituições, “é uma questão de crescimento natural; e o deste país está destinado a alcançar proporções de que nada do que hoje vemos pode dar a mais remota ideia” (NABUCO, 1999: 101-102). A perspectiva de

Nabuco agora é incerta, porém positiva, sem que o sistema político possa interferir numa tendência natural à grandeza da nação.

Nem todos, todavia, seguiram o mesmo caminho que Joaquim Nabuco. Afonso Celso, por exemplo, em *Porque me ufano do meu país*, afirmava que nenhum perigo inevitável ameaçava a nação. Porém, havia o espectro de uma futura desagregação e da intervenção de algumas potências estrangeiras em seus negócios, caso continuasse a ter maus governos e instituições “incompatíveis com a sua índole” (CELSO, s/d: 193). Neste caso, a única inviabilidade quanto ao porvir seria se o Estado continuasse sendo guiado pelo sistema republicano. O escritor parte do pressuposto de que a nação havia nascido para grandezas e que, para isso, necessitava de um bom sistema político, que seria, logicamente, a Monarquia, entendida como regime inerente ao desenvolvimento do país.

Afonso Celso percebia um Brasil “homogêneo, material e moralmente, pelo lado social e pelo lado étnico, pois nele se cruzam e se fundem todas as raças” (CELSO, s/d: 194). O fator racial como elemento explicativo da união nacional permitia ao autor perceber qualquer tendência fragmentária como breve e passageira, resultado de ingerências políticas. Portanto, ainda que a República conseguisse promover a cisão da nação, tal ato seria momentâneo, uma vez que o território brasileiro comportava um povo unido etnicamente. Essa comunhão faria com que partisse da própria sociedade a negação de atos governamentais que separassem o país.

Curiosamente, ao afirmar isso, Celso deixou de lado a desigualdade entre sertão e litoral, que em alguns momentos ele mesmo deixava subentendido em sua obra. Seu prognóstico idealizava uma nação sem diferenças, marcada por uma sinergia expressa na “fusão racial”. O Brasil seria, neste sentido, um grande país mestiço, sem conflitos e divergências regionais significativas.

O outro temor de Afonso Celso seria com relação a uma possível ameaça de invasão imperialista direcionada ao Brasil. Apoiado nos fatos que levaram as potências europeias a formarem colônias na África e na Ásia, o autor temia um eventual redirecionamento do impulso colonizador para o Brasil. Tal receio se sustenta num entendimento da República como um governo fraco, ou seja, que não impunha o respeito conseguido pelo Império, fator responsável pela autonomia daquele regime. A solução estaria em não forçar pretextos ou ocasiões para invasões.

Não obstante estas precauções com relação ao futuro, o texto de Afonso Celso é otimista. “Com os elementos congregados em si, pode o Brasil, como nenhum outro país, caminhar desassombrado, o olhar alto, o passo firme” (CELSO, s/d: 197). O país estaria predestinado a se tornar uma grande nação e a tomar seu assento entre as potências mundiais. Como, ao longo do livro, o autor passou por vários aspectos que alicerçavam a visão nacional dos monarquistas-católicos (“fusão racial”, jesuítas, bandeirantes, Império), Celso recusou-se a crer que o progresso alcançado gradualmente desde a colônia pudesse chegar a um sério recuo.

Para o escritor, no futuro haveria um deslocamento de hegemonia da Europa para a América.⁴ Quando isto ocorresse, o Brasil deveria estar preparado para tomar o lugar de primeira ou segunda potência mundial. A conclusão de Afonso Celso era, portanto, a de que os brasileiros não poderiam perder a fé no país e deveriam manter as esperanças com relação a um amanhã melhor do que o hoje:

Confiemos. Há uma lógica imanente: de tantas premissas de grandeza só sairá grandiosa conclusão. Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos, sobretudo, em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos (CELSO, s/d: 199).

Se a obra de Afonso Celso deixou implícita a importância da volta à Monarquia para a viabilidade do Brasil, seu discurso também se remetia ao religioso, uma vez que caberia a Deus prover um destino grandioso à nação (HANSEN, 2012: 12). Desta forma, o livro de Celso associa os principais elementos do discurso monarquista-católico: “raça”, Monarquia e religião. Entretanto, Celso não fez grandes divagações a respeito de um eventual Terceiro Reinado. Martim Francisco, ao contrário, também baseado em uma perspectiva de futuro otimista, deixou claro a necessidade da restauração para um futuro promissor.

O livro *1932: propaganda libertadora* está entre as obras mais atraentes dos monarquistas-católicos, apesar de ser pouco conhecida e nunca citada pelos autores que

⁴ De acordo com Afonso Celso, os países europeus, naquele momento, enfrentavam crises muito mais sérias do que as do Brasil. Na Europa, além de um processo de emigração entendido como prejudicial, a população “vive condenada (...) a não largar as armas, minada pela miséria, dividida por ódios implacáveis, explorada pelo argentarismo, ameaçada pelos anarquistas” (CELSO, s/d: 198). Por coincidência ou não, poucos anos depois, o Velho Mundo seria assombrado pelo fantasma da Primeira Guerra Mundial que deixaria, em seu rastro, a crise das potências europeias e o fortalecimento de uma nação americana.

trabalharam com o monarquismo no Brasil. Proferida em 1902, na cidade de Piracicaba, e publicada em 1903, a conferência de Martim Francisco chama a atenção não apenas pela visualização de uma nação trinta anos adiante, após o Império conseguir ser definitivamente restaurado no país. Ela também é importante porque faz uso de quase todos os elementos da visão de nacionalidade dos monarquistas-católicos como instrumentos responsáveis pela volta da Monarquia. Francisco fez o que outros restauradores não fizeram: entrelaçar, em um único texto, passado, presente e futuro.

Em 1932, completar-se-ia trinta anos do fim da República no Brasil. Nesse momento, o passado era lembrado como um período de desvio da história nacional, no qual a moral e a dignidade política haviam sido abandonadas. A República havia caído em decorrência dos motivos que Prado, Nabuco, entre outros, já haviam apontado como males daquele regime político: militarismo, ausência de liberdade, incompetência administrativa. Deste modo, Francisco usou os argumentos elencados contra o presente republicano para imaginar a restauração.

Como faziam todos os monarquistas de seu tempo, o sistema político republicano é percebido como incoerente com as tradições nacionais. Fundado sob as bases do catolicismo e da Monarquia, direcionado pela herança portuguesa, o Brasil:

(...) por um acesso de loucura, por um destes crimes coletivos que enumeram entre seus fatores a insídia, o acaso e o desvairamento, torcendo sua índole, esquecendo suas tradições, exonerando-se de suas responsabilidades, contrariando seus interesses e anulando seus direitos, atrapalhando sua vida e retardando seu progresso, deixou que a indisciplina de alguns batalhões trocasse, repentinamente, em 1889, o sistema monárquico constitucional pelo sistema republicano militar (FRANCISCO, 1902: 10-11).

Treze anos depois ainda havia a insistência dos monarquistas em creditar apenas aos militares a responsabilidade pela proclamação da República. Em 1902, o Brasil já havia tido a experiência de dois governos civis, Prudente de Morais (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902). Isto não fora suficiente para apagar, em Martim Francisco, as impressões deixadas pelos primeiros anos republicanos. Para ele, o exército governava tudo e excluía todos, conduzindo “treze anos de contramarcha na estrada do progresso” (FRANCISCO, 1902: 12). O período civil apenas era uma continuidade do autoritarismo imposto após a queda do Império, uma vez que a “política dos governadores” afastava a população das decisões do país e da escolha dos chefes de Estado.

Se bem que grande parte dos monarquistas-católicos ainda viam São Paulo como a “locomotiva” da nação, Francisco lamentava o fato do estado ter sido o berço do republicanismo. De São Paulo saíra a propaganda, os presidentes, os privilégios, a direção política e “até os generais de brigada” (FRANCISCO, 1902: 14). Interessante que, durante o Império, o mesmo autor chegou a defender a separação de São Paulo do restante do território nacional. Nessa época, suas ideias eram completamente divergentes das representações da nacionalidade propostas pelos monarquistas-católicos após 1889.

Agora, após sua desilusão com o novo regime, Martim Francisco via, na República, um período em que toda a “epopeia bandeirante” fora aniquilada. A estagnação do progresso tinha sido, portanto, mais sentida em São Paulo. Responsável pelo desenvolvimento econômico do Brasil durante o período imperial, o que tinha alimentado os sonhos separatistas do autor, a aludida crise moral, política e econômica do novo governo tinha sido danosa para o estado. A rota de crescimento iniciada pelos bandeirantes chegara, portanto, a um momento de contração e decadência.

O próprio sangue bandeirante via-se em risco. A imigração promovida após 1889, ao invés de fortalecer o elemento nacional, como defendia os defensores do branqueamento, estava destruindo as raízes paulistas. O processo de “fusão racial” promovido no passado estava ameaçado diante de uma enxurrada de estrangeiros vindos de uma mesma região, que não apenas sobrepunham-se ao sangue paulista, mas também destruíam os elementos culturais e linguísticos preservados desde o período de dominação portuguesa. Sua preocupação dizia respeito à identidade nacional, uma vez que pensava a entrada de grandes quantidades de povos considerados racial e culturalmente superiores como uma ameaça para um povo ainda em formação e imaturo, como se costumava pensar o brasileiro na época (NAXARA, 1998: 19).

Curiosamente, no Terceiro Reinado, o único elemento racial que havia conseguido preservar ao menos o falar tradicional era o grupo que pouco fora citado nos escritos monarquistas, os negros:

(...) nesse embate, apenas o fator mais fraco da nossa sub-raça – o etíope afetivo e probo – perdoando a escravidão que sofrera e pagando a generosidade da emancipação, trabalhava pelo não perecimento de nossa língua, mantendo, no dialeto que com o italiano criava à porta das senzalas e nas vendas das encruzilhadas, os verbos em ar, os verbos da primeira conjugação portuguesa (FRANCISCO, 1902: 27).

Na visão de Martim Francisco, o negro ocupa o mesmo lugar que o sertanejo ocupou no discurso nacional da maioria dos monarquistas-católicos, o de conservar os verdadeiros elementos nacionais. Para o autor, estes elementos eram os derivados da raiz lusa da população nacional, que havia sido passada pelo negro através do intenso contato durante a escravidão. Ao contrário de muitos intelectuais paulistas que viam a língua nacional como uma língua mameluca, inspirados no falar do caipira e do sertanejo; Francisco abria espaço para se pensar na importância do tronco africano para a língua portuguesa no Brasil, mesmo que fizesse isso utilizando estereótipos e preconceitos comuns de seu tempo.

Francisco não desenvolve sua argumentação, mas o abandono relegado aos escravos, após a abolição, pode ter sido o aspecto pensado por ele para explicar a preservação dos valores nacionais. A distância de seus senhores, responsável pelo seu deslocamento para as periferias das grandes cidades ou pela sujeição a trabalhos secundários nas grandes fazendas, poderia ter feito com que o negro pouco absorvesse a “corrupção” das tradições promovida pela massa de imigrantes. Enquanto as teses do branqueamento defendiam uma incessante “mistura” para promover o clareamento da “raça nacional”, Martim Francisco caminha em direção oposta, ao valorizar o distanciamento do negro com relação ao imigrante como garantia de preservação da nacionalidade, pelo menos até o advento da restauração monárquica.

Os habitantes do interior do Brasil, contudo, também tinham seu papel no sonho futurista de Martim Francisco. Seriam eles os soldados que lutariam pela volta da Monarquia. Não viria do litoral, mas sim dos sertões, os guerreiros que, conduzidos pela boa impressão que o Império lhes causava, recolocariam o Brasil no rumo de suas tradições. Eram a “bravura do acreano”, a “galhardia do rio-grandense”, a “intrepidez do jangadeiro”, e as “façanhas do jagunço” (FRANCISCO, 1902: 35) que salvariam o Brasil do “mal republicano”, mantendo a integridade territorial da nação. Provavelmente, esta percepção advinha da forte imagem que o conflito de Canudos havia deixado entre monarquistas e republicanos, sobretudo se pensarmos que era também em 1902 que Euclides da Cunha publicava seu mais famoso livro, *Os Sertões*.

Porém, Francisco preservava seu provincialismo ao afirmar que sua imaginada restauração havia partido de São Paulo. Se os braços que pegaram em armas vieram dos

sertões, a luta inicial havia começado pelos paulistas. Os mesmos paulistas que desenvolveram a ideia republicana no país, incumbiram-se da missão de restabelecer o “governo do povo pelo povo” (FRANCISCO, 1902: 38). Aquela população repelira o militarismo e manteve “inteira, unificada, resistente e sólida, a herança lusitana na América do Sul” (FRANCISCO, 1902: 42).

Era dessa forma que, em um sonhado 1932, o narrador rememorava os acontecimentos que, trinta anos antes, teriam levado ao restabelecimento da Monarquia no Brasil. Seu retorno sanearia a pátria, limpando as impurezas deixadas pela República. Seria o retorno do Brasil honrado, o Brasil brasileiro, o Brasil monarquista, que teria passado por um breve período doente, mas que, após ser curado, ficou preparado para “aprender, aproveitar e adaptar todos os acréscimos com que o século XX adornou a civilização universal” (FRANCISCO, 1902: 37).

A Monarquia havia gerado “a pátria e o império que a robustecera” (FRANCISCO, 1902: 38). Apesar disto, não é a figura materna que o autor privilegiou em sua alegoria, mas a paterna. Martim Francisco mostrava a Monarquia como o pai que acolhia o filho pródigo, após este virar-lhe as costas. A restauração representava a conciliação entre a nação e a instituição que a havia concebido.

Na perspectiva do autor, a restauração monárquica significava um renascimento no Brasil. Este não se daria somente nas instituições políticas, mas também no avanço da técnica e da ciência. Como muitos monarquistas, Martim Francisco entendia que fora no Império que o país conhecera seu maior impulso desenvolvimentista. Desta forma, com a queda da República, esse processo seria retomado, favorecendo o alvorecer de maravilhas impensadas até então. Entre as várias inovações citadas pelo autor, estavam o aproveitamento dos raios solares como força motora; a conquista do ar, “iniciada praticamente pela combinação da forma com a força na aeronave de Santos Dumont”; o telégrafo sem fio “transmitindo o pensamento a todas as regiões do mundo”, entre outras. No âmbito social, os operários trabalhariam oito horas semanais e as mulheres teriam seus direitos iguais aos dos homens (FRANCISCO, 1902: 39-40).

Em suma, seria implantado um reino de maravilhas, que saberia atender as exigências dos diferentes setores sociais. Em oposição às divergências e oposições da República, criava-

se a imagem de uma harmonia, segundo a qual todos os polos se aglutinariam em uma imensa irmandade nacional.

As transformações ocorridas após o retorno do sistema monárquico parlamentar no Brasil também seriam verificadas nos estados, em especial em São Paulo. Após libertar as “províncias irmãs” do despotismo, os paulistas vivenciariam novamente seu período de glórias. “Em trinta anos de Monarquia triplicaste tua população, ampliaste tua intelectualidade, situaste teu nome no respeito dos povos e na gratidão imperecível do Brasil libertado” (FRANCISCO, 1902: 39). A “locomotiva da nação” se reergueria para, novamente, conduzir os rumos do país na direção correta.

Esse tipo de utopia, sem dúvida, acompanhou, por muito tempo, os diversos monarquistas que se recusaram a aceitar a situação política do país após a queda do Império. Enquanto a República se estabilizava, os sonhos ficavam mais distantes. Mas muitos, como Eduardo Prado, morreram na esperança de ver a nação governada novamente por um monarca, que restabeleceria os princípios construídos no passado, recolocando o país no caminho do progresso ao qual ele estava destinado. No fundo, havia uma certeza, se a nação havia conseguido triunfar sobre os trópicos no passado, mais cedo ou mais tarde ela também triunfaria sobre o republicanismo.

Referências bibliográficas:

- ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. IN: **Novos Estudos**, CEBRAP, n.º 85, São Paulo, 2009.
- CELSONO, Afonso. **Porque me ufano de meu país**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, [s.d.], 4ª edição revista.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FRANCISCO, Martim. **1932: propaganda libertadora – conferência proferida em Piracicaba, Província de São Paulo, em 12 de setembro de 1902**. Santos: Typographia Imprensa Popular, 1903.
- GIAROLA, Flávio Raimundo. **Do “triunfo nos trópicos” ao “fim da civilização”: “raça”, história e nacionalidade na perspectiva dos intelectuais monarquistas-católicos (1889-1917)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais: 2015.
- HANSEN, Patrícia Santos. Sobre o conceito de “país novo” e a formação de brasileiros nas primeiras décadas da República. IN: **Iberoamericana**. Vol. XII, n.º 45, 2012.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.



NABUCO, Joaquim. **Cartas a amigos**. Volume I, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. A República é incontestável. IN: **A abolição e a República**. Recife: UFPE, Editora Universitária, 1999.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870-1920)**. São Paulo: Annablume, 1998.

PRADO, Eduardo. **Fastos da ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Livraria Magalhães, 1923.